



**ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO**

1 Aos 07 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do Centro de Ensino Técnico  
2 Profissional na área da Saúde – CETAS/RO, sito Av. Imigrantes, 4125 - Industrial, Porto Velho – RO, no  
3 período de 09:30 as 14h43min, realizou-se por meio de formato Híbrido a Trecentésima Vigésima Sexta  
4 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Rondônia/CES-RO. Estiveram presentes as  
5 seguintes entidades colegiadas: **SESAU, COSEMS, AGEVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE,**  
6 **CETAS/RO, SANTA MARCELINA, SINDERON, CREMERO, SINDSAÚDE, CRESS/RO,**  
7 **CRP/RO, AMATEC, BERADEIRO, CUMPS, SINDSEF/RO, SITERON, FEDER, AAPERON,**  
8 **GOB/RO E OAB/RO.** Após conferir o Quórum Regimental deu-se início aos trabalhos sob a  
9 coordenação do Conselheiro Robinson Cardoso Machado Yaluzan, representante Titular do CREMERO e  
10 Presidente do CES/RO. Foi lida a ordem do dia. Parte I – expedientes, constando de informes da diretoria  
11 e dos conselhos, nos termos do artigo 29 do regimento interno, inciso “B” (não cabe discussão e votação  
12 somente esclarecimentos breves, porém a critério do plenário) Parte II – Pauta do dia, com temas  
13 previamente definidos e reparados para as Deliberações de encaminhamento nos termos do Artigo 29º do  
14 regimento interno “C e D”; inicia-se a reunião. **Informes. 1.1 Retrospectiva Gestão CREMERO**  
15 **2020/2022.** Apresentação de vídeo ao Plenário. **1.2 Ofício nº 11549/2021/SESAU-CES que solicitou**  
16 **cópias de contratos de transporte de pacientes (ambulâncias) dos Hospitais João Paulo II e Hospital**  
17 **de Base Dr. Ary Pinheiro, atendendo solicitação do Ofício nº 065/SINDERON/2021. 1.3 Informes a**  
18 **respeito da conferência.** Registramos que referente aos itens 1.2 e 1.3, a transmissão ficou sem áudio  
19 durante os 22 (vinte e dois) minutos iniciais da reunião. No retorno do áudio, **Conselheiro Rodrigo**  
20 **Rafael – OAB/RO** pede inclusão de pauta sobre a situação dos Conselheiros do Interior de utilizarem os  
21 carros do CES/RO para transporte ida e volta, com diárias do motorista e combustível. **Presidente**  
22 **Robinson – CREMERO** pede inclusão de pauta sobre os transportes do CES/RO, buscarem Conselheiros  
23 na capital. Relata que isto aconteceu hoje, e ouviu da conselheira Denise – AMATEC, que isto era uma  
24 prática que havia sido combinado, com a antiga Mesa Diretora. **Conselheiro Cleibson André – CRP/RO**  
25 afirma que é interessante o ponto de pauta do Conselheiro Rodrigo, pois é algo que tem combatido no  
26 poder público. Informa que é servidor há mais de 17 anos, e teve muitos embates em relação a isto. Mas é  
27 algo que já vem há muito tempo alicerçado. Avalia que parece que o Conselho é algo que vira emprego.  
28 Analisa que neste Pleno, representamos a Entidade, e não o “EU”. Diz que se fizer uma auditoria dentro  
29 do CES/RO, vão acabar encontrando mais questões. Aponta que existem denúncias engavetadas no  
30 CES/RO, que precisam trazer. Salienta que o discurso de conselheiro é muito bonito, porém as denúncias  
31 engavetadas também precisam ser trabalhadas, principalmente de pessoas presidindo comissões que vão  
32 estar elencadas direto com essas questões. Outra questão, que acredita ser de extrema importância, é a  
33 titularidade dos conselheiros serem do interior. Afirma que está ocupando a vaga de titular, porque sua  
34 suplente está de licença, mas quando esta retornar, assumirá a vaga de titular. Acredita que a titularidade  
35 das vagas deva ser da capital, uma vez que ajuda na resolutividade dos trabalhos neste Conselho.  
36 **Presidente Robinson – CREMERO** pergunta ao Pleno se concordam com a inclusão de Pauta  
37 supracitadas. O Pleno concorda por unanimidade. **Conselheiro Antônio Acácio – SITERON** indaga a  
38 título de esclarecimento, que quando foi feito a eleição, se discutiu a questão de substituição de  
39 conselheiro por servidores do CES/RO em viagens. Diz que não sabe como ficou isso. **Presidente**  
40 **Robinson – CREMERO** esclarece que isto foi resolvido. A secretária executiva acompanhava as  
41 comitivas dos conselheiros em fiscalizações pelo interior, e recebeu ao todo R\$ 18.000,00 (dezoito mil)  
42 em diárias, além do salário, mais o CDS de secretária executiva. Informa que, quando esta Mesa Diretora  
43 assumiu, a destituiu do cargo. Ela pediu alteração de exercício, e foi para um órgão federal. **Conselheira**  
44 **Iza – MS/RO** registra que na questão dos instrumentos de planejamento, Rondônia está em penúltimo  
45 lugar. Comunica que já fizeram pleo Ministério da Saúde, reuniões com a SESA/RO, DEOSAD e  
46 Gerências Técnicas. Deste modo, decidiram participar das reuniões da CIR, que ocorrerá nesta semana.  
47 Amanhã estarão na região do Vale do Jamari, e posteriormente na região do Café. Tentarão fazer uma  
48 nova conversa com os gestores municipais, pois em Rondônia, dos 52 municípios, nem 10% estão com os  
49 planos aprovados e sendo executados. **Conselheira Rafaela – SESA/RO** sugere que esta pauta seja  
50 discutida na CIB/RO ou COSEMS/RO, para que possam informar os municípios, sobre os requisitos,



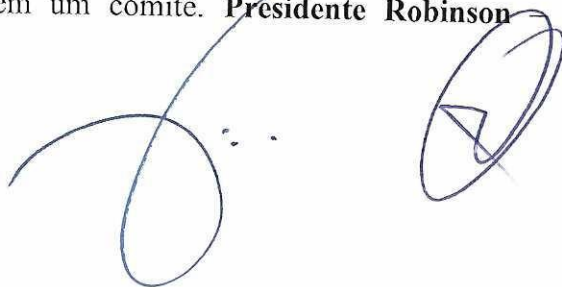


**ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO**

51 cumprimento da legislação, entender os motivos do porquê isto está acontecendo, e mudar esta realidade  
52 em Rondônia. **Presidente Robinson – CREMERO** concorda e pede que seja feito um ofício para o  
53 COSEMS e CIB, solicitando inclusão de pauta sobre este assunto. **Discussão e Deliberação. 2.1 Posse**  
54 **dos Conselheiros (COSEMS/RO, GOB/RO, FETAGRO).** **Presidente Robinson –**  
55 **CREMERO** comunica que FETAGRO não está presentes na reunião, portanto, não pode dar  
56 posse. Tomam Posse os Conselheiros Caio Cesar Marin – Titular, representando o Grande  
57 Oriente do Brasil – GOB/RO e Cristina Mabel do Nascimento – Titular, representando o  
58 Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Rondônia – COSEMS/RO **2.2 Aprovação da**  
59 **Atas das Reuniões Ordinárias número 323ª 324ª do CES/RO, e 135ª Reunião**  
60 **Extraordinária encaminhadas no e-mail particular dos Conselheiros junto a Convocatória.**  
61 **Presidente Robinson – CREMERO** explica que foram encaminhadas 02 (duas) atas da 135ª. A  
62 1ª fala que o CRP/RO se absteve de votar no candidato Ivam – CUMPS. Na 2ª, tiraram essa  
63 questão da abstenção, porque conversaram com o conselheiro, e ouve um equívoco no  
64 entendimento da Ata. O que realmente aconteceu, está na 2ª Ata, que foi encaminhada pelo  
65 Assessor Jurídico do CES/RO. Complementa que o Conselheiro Cleibson André/CRP, confirmou  
66 que votou na conselheira Denise/AMATEC, para o cargo da vice-presidência. Com isto, a  
67 Conselheira Denise, teve 07 votos, incluindo o voto do CRP/RO. Em seguida, faz a leitura da  
68 correção, e pergunta ao Pleno se tem alguma questão ainda, referente as Atas, para que possam  
69 considerá-las definitivas. Não houve nenhuma colocação do plenário. Em regime de votação, as  
70 atas foram aprovadas por unanimidade. **2.3 Apresentação do Plano de Trabalho da Comissão**  
71 **de Fiscalização para o ano de 2022.** **Conselheira Janete/OAB** solicita a retirada da pauta,  
72 porque sexta-feira, quando foram informados que não poderiam ir a Porto Velho, esqueceu de  
73 encaminhar a documentação para ser enviada para os conselheiros, para terem ciência. Então  
74 como não foi enviado, e é algo bastante complexo, não tem como fazer uma apresentação desta  
75 forma. Portanto, será apresentada mês que vem. **2.4 Apresentação e Deliberação do Plano de**  
76 **Trabalho da CISTT, Conselheiro Ivam – CUMPS/RO** pede a retirada da pauta, pois seguindo a  
77 resolução nº 493, primeiramente, precisa discutir o planejamento com os CEREST's. E quando  
78 esteve mês passado em Porto Velho, soube que o CEREST/RO foi destituído. Informa que entrou  
79 em contato com o novo gerente, Sr. Richael, e estarão se encontrando para discutir este  
80 planejamento, e no mês que vem irá apresentar o Plano de Trabalho da CISTT/RO. **2.5 Minuta**  
81 **de Resolução com a Composição das Comissões Permanentes e Temporárias do CES-**  
82 **RO. A) Comissão Temporária Covid – 19:** Conselheira Edna – SINDERON, substitui o ex-  
83 conselheiro Charles. **Conselheiro Ivam – CUMPS** revela que não tem condições de assumir a  
84 comissão, para tanto, irá conversar com o seu suplente para compor a comissão. **Presidente**  
85 **Robinson – CREMERO** comunica que deixará esta comissão em aberto, tendo em vista, não  
86 estar paritária, por enquanto os nomes permanecem, com exceção daqueles que não são mais  
87 conselheiros. **Conselheira Denise – AMATEC/RO** se põe a disposição para ser a Vice –  
88 Coordenadora da comissão. **Presidente Robinson – CREMERO** ratifica a nomeação. **B)**  
89 **Comissão de Alteração do Regimento Interno:** **Presidente Robinson – CREMERO** informa  
90 que falta 01 (um) usuário para compor a comissão. Pergunta se algum conselheiro deste segmento  
91 se candidata. **Conselheiro Caio Marin/GOB**, se põe a disposição. **Conselheiro Rodrigo –**  
92 **OAB/RO** pede que a comissão entre em conexão para que de fato ande, pois chegou no CES/RO  
93 em setembro, em dezembro assumiram a Mesa diretora, e não foram mais realizadas as reuniões  
94 desta comissão. **Presidente Robinson – CREMERO** alerta que a comissão está com o prazo  
95 vencido, uma vez que, tinha 06 (seis) meses para apresentar ao Pleno, um novo regimento interno.  
96 Coloca em votação 02 (duas) propostas: 1ª Que a comissão apresente a minuta do regimento, na



97 plenária de abril. 2ª Que a comissão apresente a minuta do regimento, na plenária de maio. Em  
98 regime de votação a 2ª proposta é aprovada, por maioria dos votos. **Compõem a comissão:** Ivam –  
99 Usuário/Coordenador; Raimunda Denise – Usuário; Rodrigo Rafael – Usuário, Caio Marin –  
100 Usuário; Edna Maria – Trabalhador/Vice-Coordenadora; Sandra Giselly – Trabalhador; Cristina  
101 Mabel – Gestor e Rafaela Piquiá – Gestor. **C) Comissão de Trabalho de Inspeção do Hospital do**  
102 **Amor. Presidente Robinson – CREMERO** informa que a composição está paritária. Compõem a  
103 comissão: Francisca Janete – Usuário/Coordenadora; Davi Mariano – Usuário/Vice – Coordenador;  
104 Carlos Cesar – trabalhador e Marco Túlio – Gestor. **D) Comissão de Análise de Processos e**  
105 **Prestação de Contas. Presidente Robinson – CREMERO** comunica que falta 01 (um) usuário  
106 para compor a comissão. Conselheiro Caio Marin/GOB se coloca a disposição. Compõem a  
107 comissão: Alessandra da Costa Lunas – Usuário; Caio Marin – Usuário; Rodrigo Rafael – Usuário;  
108 Marcuce Antônio – Usuário/Vice – Coordenador; Raymisson Corrêa – Trabalhador; Edna Maria –  
109 Trabalhador; Gilvander Gregório – Gestor e Iza Gurgel – Gestor/Coordenadora. **E) Comissão de**  
110 **Plenária:** Compõem a comissão: Rodrigo Rafael – Usuário; Ivam – Usuário/Vice – Coordenador;  
111 Robinson Cardoso – Trabalhador/Coordenador e Iza Gurgel – Gestor. **F) Comissão de Saúde e**  
112 **Meio Ambiente: Compõem a comissão:** Raimunda Denise – Usuário/Coordenadora; Marcuce  
113 Antônio – Usuário/Vice – Coordenador; Alessandra da Costa Lunas – Usuário; Antônio Acácio –  
114 Usuário; Jerrimar – Trabalhador; Raymisson Corrêa – Trabalhador; Maria da Conceição –  
115 Prestador e Gilvander Gregório – Gestor. **G) Comissão de Saúde Mental Intersetorial.**  
116 **Presidente Robinson – CREMERO** observa que, por ser uma comissão intersetorial, não há  
117 obrigação de ser paritária. Pergunta ao plenário, se concorda que a comissão seja Intersetorial, e  
118 fique com 01 (um) trabalhador a mais. O Pleno concorda com a proposta. **Compõem a comissão:**  
119 Raimunda Denise – Usuário/Coordenadora; Marcuce Antônio – Usuário; Maria Francinécia –  
120 Usuário; Rodrigo Rafael – Usuário; Paula Cristina – Usuário; Cleibson André – Trabalhador/Vice –  
121 Coordenador; Robinson Cardoso – Trabalhador; Sandra Giselly/Trabalhador; Cristiane Secundo –  
122 Gestor e Marco Túlio – Gestor. **Presidente Robinson – CREMERO** pede que a Conselheira  
123 Denise, coordenadora da comissão, reúna os membros para que criem um regimento, para tornar  
124 oficialmente a comissão em Intersetorial. **H) Comissão de Educação Permanente. Presidente**  
125 **Robinson – CREMERO** informa que a Conselheira Luciene/CETAS é a coordenadora, e  
126 Conselheira Mabel/COSEMS é Vice – coordenadora. **Conselheira Iza – MS/RO** identifica que há  
127 um erro, pois, está alinhando com a conselheira Luciene para assumir a Vice – coordenação,  
128 tanto que, se reuniram e fizeram o plano de trabalho. Lembra que a conselheira Mabel não está  
129 nessa comissão, e sim em outra. **Conselheira Mabel – COSEMS** manifesta que na última  
130 reunião presencial, em que estava presente de forma presencial, o Marcuce era o titular, e a  
131 Luciene suplente. Com a saída do Marcuce, a Luciene se propôs, e afirma que aceitava participar  
132 da comissão, se fosse na condição de suplente. **Conselheira Luciene – CETAS/RO** se pronuncia  
133 e diz que se tratava do Comitê de População Negra, em que o Marcuce era o titular, e ela mesma  
134 suplente. Afirma que a conselheira Mabel entrou neste Comitê, e que não tem relação com as  
135 comissões do CES/RO. **Presidente Robinson – CREMERO** salienta que as 03 (três) conselheiras  
136 são maravilhosas, porém não podem ficar 03 (três) gestores na comissão. **Conselheira Mabel –**  
137 **COSEMS/RO** acredita ser importante, o COSEMS participar desta comissão. **Conselheiro**  
138 **Cleibson André – CRP/RO** pergunta sobre a Ata da reunião anterior. Afirma que a conselheira  
139 Mabel entrou em uma comissão, mas não lembra qual. Sendo assim, é difícil deliberar algo sem a  
140 Ata. **Conselheira Iza – MS/RO** relata que depois da indicação do seu nome na comissão, em  
141 seguida, após o fim da reunião, de pronto conversou com a conselheira Luciene, e começaram a  
142 trabalhar. Reafirma que a conselheira Mabel está em um comitê. **Presidente Robinson**







**ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO**

143 **CREMERO** pergunta se a conselheira Mabel quer mesmo ficar na comissão, aí terá que pegar a  
144 última Ata, ou se a mesma irá declinar da comissão. **Conselheira Mabel – COSEMS/RO**  
145 responde que não retira o nome da comissão, ou terá que ir para a votação, ou verificar a ata da  
146 última reunião. **Presidente Robinson – CREMERO** propõe que fica em aberto, a espera da última  
147 Ata. Sobre a exigência de cobrar Ata de reunião, para ser apresentada na reunião seguinte, declara  
148 que não tem servidores administrativos o suficiente para isso. Portanto, lamentavelmente não  
149 poderá apresentar ata de última reunião, na reunião seguinte, se a SESA/RO enviar mais  
150 servidores, assegura que irá apresentar as atas no mês depois. Enfatiza que a comissão irá ficar  
151 em aberto, pois está faltando 01(um) usuário, e para verificar qual gestor permanecerá, irá  
152 aguardar a ata. **I) Comissão de Fiscalização. Presidente Robinson – CREMERO** informa que  
153 possui 01 (um) usuário a mais. **Conselheira Janete – OAB/RO** sugere que o conselheiro Antônio  
154 Acácio/SITERON possa participar de outra comissão, tendo em vista, que os demais membros já  
155 possuem experiência em fiscalização. **Conselheira Denise – AMATEC** se manifesta e retira seu  
156 nome da comissão. **Presidente Robinson – CREMERO** informa que Conselheiro Maicon,  
157 substitui o conselheiro Carlos César. **Compõem a comissão:** Francisca Janete Andrade Prates –  
158 Usuário/Coordenadora; Eliete Barbosa Sodrê/Usuário; Ivam Carlos Hermes/Usuário; Antônio  
159 Acácio Moraes do Amaral/Usuário; Edna Maria dos Anjos Mota/Trabalhador; Maicon de Souza  
160 Martins – Trabalhador; Márcio Bruce/Gestor e Iza Gurgel da Silva/Gestor/Vice – Coordenadora.  
161 **J) Comissão de Ética. Presidente Robinson – CREMERO** comunica que a comissão está  
162 paritária. **Compõem a Comissão:** Ivam Carlos Hermes/Usuário; Francisca Janete Andrade  
163 Prates/Usuário; Maria das Graças Lima/Usuário; Eliete Barbosa Sodrê/Usuário; Cleibson André  
164 Nunes Torres/Trabalhador/Vice – Coordenador; Robinson Cardoso Machado Yaluzan –  
165 Trabalhador; Iza Gurgel da Silva – Gestor e Gilvander Gregório de Lima/Gestor/Coordenador.  
166 **Presidente Robinson – CREMERO** pontua que a comissão precisa de um código de ética  
167 próprio, e tem que ser apresentado. Pede ao coordenador da comissão que apresente o código de  
168 ética na plenária de maio. **L) Comissão de Saúde da Mulher. Presidente Robinson –**  
169 **CREMERO** informa que a comissão tem 01 (um) usuário a mais, e falta 01 (um) trabalhador na  
170 vaga do CRF/RO. **Conselheira Sandra – CRESS/RO** se pronuncia e retira seu nome da  
171 comissão. (segmento trabalhador) **Conselheiro José Idelvan – AAPERON/RO** se pronuncia e  
172 retira seu nome da comissão. (segmento Usuário). **Conselheira Edna – SINDERON** sugere que  
173 a comissão seja de 04 (quatro) membros. Sugestão acatada pelo Pleno. **Compõem a Comissão:**  
174 Raimunda Denise/Usuário/Coordenadora; Sirlene Honoria Pinto de Oliveira/Usuário/Vice –  
175 Coordenadora; Marcela Milrea Araújo Barros/Gestor e 01 (uma) vaga em aberto para o  
176 representante do CRF/RO. **M) Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador. Presidente**  
177 **Robinson – CREMERO** expressa que esta comissão não precisa ser paritária. **Compõem a**  
178 **comissão:** Ivam Carlos Hermes/Usuário/Coordenador; Eliete Barbosa Sodrê/Usuário/Vice –  
179 Coordenador; Francisca Janete Andrades Prates/Usuário; Sirlene Honoria Pinto de  
180 Oliveira/Usuário; Maria Francinéia Benigno dos Santos/Usuário; Jerrimar Soares  
181 Montenegro/Trabalhador; Edna Maria dos Anjos Mota/Trabalhador; **Cristiane Oliveira**  
182 **Secundo/Gestor e Marcio Bruce/Gestor. Conselheira Mabel – COSEMS** solicita que onde se  
183 Lê: Márcio Bruce, substitua por Valter Gomes de Queiroz, pois encaminhou documentado para  
184 conhecimento do CES/RO sobre a substituição. **Presidente Robinson – CREMERO** ratifica que  
185 onde estiver o nome de Márcio Bruce, que seja substituído por Valter Gomes de Queiroz, em  
186 todas as comissões. Por fim, relembra que ficou somente em aberto a comissão de Educação  
187 Permanente, dependendo da Ata, para saber quem fica ou sai. **2.6 Apresentação das Resoluções**  
188 **CIB/2021 – JEANE – CIB/RO** informa que ao decorrer do anos de 2021, foram encaminhadas





ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO

189 todas as Resoluções CIB/RO. Esclarece que toda resolução que vem pra CIB/RO, primeiramente  
190 são pautadas no Conselho Municipal de Saúde correspondente. Portanto, é conhecimento dos  
191 CMS toda e qualquer resolução que vem para a CIB/RO. Esclarece ainda que o CES/RO não é  
192 membro da CIB/RO, e sim, entidade convidada para participar das reuniões CIB/RO, e se faz  
193 presente quando pode. Sendo assim, a CIB/RO pode encaminhar, quando couber, resoluções para  
194 o CES/RO, ou seja, não é de obrigatoriedade. Explica que o plenário da CIB/RO, é composto por  
195 10 (dez) participantes do Estado e 10 (dez) participantes do município, que em consenso,  
196 aprovam, homologam, pactuam política de saúde pública do Estado de Rondônia. Quem aprova  
197 para fazer fiscalização e acompanhamento é o Conselho Municipal e Estadual, e a CIB/RO  
198 pactua. Informa que em 2021 foram aprovadas 521 (quinhentos e vinte e uma) Resoluções  
199 CIB/RO, que foram encaminhadas para o CES/RO, via e-mail e Sistema SEI/RO. Em seguida,  
200 apresenta o quadro consolidado das resoluções que foram encaminhadas para o Conselho. Por  
201 fim, se põe à disposição para esclarecimento, caso algum conselheiro não tenha compreensão das  
202 Resoluções da CIB/RO. **Conselheira Edna – SINDERON** salienta que é muito importante ter  
203 conhecimento das demandas da CIB/RO, pois irão influenciar nas ações da saúde de todo o  
204 Estado. Então, estas resoluções vindo para o CES/RO, é bom para estarem acompanhando.  
205 Pontua que muitas vezes, as resoluções aprovam recursos, portanto, o CES/RO pode estar  
206 acompanhando a aplicação destes recursos. Enfatiza a importância de participar das reuniões da  
207 CIB/RO, já que mantém atualizado, sobre o que o governo do Estado está aplicando, e investindo  
208 os recursos. **2.7 CRH/SESAU - Convocação da Gerente de Recursos Humanos/SESAU, para**  
209 **esclarecimentos a respeito da Denúncia recebida via físico em 31/01/2022, bem como sobre**  
210 **folgas, diárias e jornada de trabalho. Presidente Robinson – CREMERO** explana que a Sra.  
211 Raquel, Gerente do CRH/SESAU irá esclarecer as questões da denúncia apresentada pelo  
212 representante do CRF/RO, Conselheiro Adelmo, que foi discutida na última reunião ordinária.  
213 Afirma que também recebeu denúncias de assédio moral, cometidas pela gerente dos Recursos  
214 Humanos do Hospital de Base, portanto, acredita que tem algo de errado. **Raquel –**  
215 **Gerente/CRH/SESAU** esclarece que não teve ciência destas denúncias, mas de qualquer forma,  
216 a gerente do RH/HB é subordinada à direção do Hospital de Base. Trabalha em conjunto com o  
217 CRH/SESAU, mas hierarquicamente é subordinada à direção do HB, sendo assim, não pode  
218 responder pelas ações da mesma. Com relação as escalas de jornada de trabalho, informa que no  
219 final de fevereiro, foi realizada uma reunião com o procurador geral, o qual, esclareceu todas as  
220 dúvidas das unidades. Com relação ao concurso, não está mais sobre o domínio do RH, pois há  
221 mais de mês está na Casa Civil. A SESAU/RO solicitou a convocação das vagas remanescentes,  
222 sendo assim, todas as informações a SESAU/RO forneceu, e o processo está na Casa Civil.  
223 **Presidente Robinson – CREMERO** esboça que os gerentes das unidades dizem que as  
224 orientações vem direto do CRH/SESAU. Salienta que existe muita dúvida com relação a isto,  
225 pois cada um aplica a lei do PCCR da forma que quer. Acredita que isto está gerando um clima  
226 de insegurança e desconforto entre os funcionários, porque quando são questionados dizem: “esta  
227 orientação veio da SESAU”. Afirma que a gerente do RH/HB disse exatamente isto. Neste  
228 sentido, se a orientação é da SESAU, pede que a gerente do CRH/SESAU explique qual é esta  
229 orientação. **Raquel – Gerente/CRH/SESAU** explica que na reunião realizada com o Dr.  
230 Maxsuel, foi falado desta regulamentação do PCCR, e ele está trabalhando nela, pois são várias.  
231 Menciona que na supracitada reunião, foi esclarecido sobre as escalas, sendo que as escalas são  
232 feitas pelos setores, e estavam presentes diversos chefes e diretores que tiraram as dúvidas com  
233 ele. Indaga que se estes continuam com dúvidas, desconhece, pois ninguém chegou a questionar.  
234 Em relação a denúncia sobre as definições que o CRH dá para outros RH, afirma que desconhece



235 qualquer orientação, para que a gerente do RH/HB possa ter feito isso. **Presidente Robinson** –  
236 **CREMERO** pontua que é realmente esta questão das folgas, diárias e jornada de trabalho, pois, a  
237 gerente do RH/HB disse que “para os diaristas não existe dia santo”, ou seja, independente que  
238 seja feriado ou não, devem cumprir todos os dias corretamente. **Raquel – Gerente/CRH/SESAU**  
239 explica que todas as definições de escalas são das gerências, mas a palavra final é da direção da  
240 unidade. Provavelmente, ela repassou isto, porque recebeu um comando, e com certeza, não  
241 partiu do CRH/SESAU. Complementa que depois da reunião com o procurador, a questão dos  
242 diaristas e administrativos (não é o pessoal que está nos setores de assistência direta ao paciente),  
243 foi definida com ele quais seriam os horários que deviam seguir. **Presidente Robinson** –  
244 **CREMERO** pede que o CRH/SESAU envie via SEI/RO, oficialmente, qual foi o entendimento  
245 da Procuradoria geral do Estado sobre estas questões, para que possam encaminhar aos  
246 conselheiros, uma vez que, a dúvida ainda continua. **Raquel – Gerente/CRH/SESAU** informa  
247 que está sendo feita uma Ata da reunião com o procurador, e encaminhará ao CES/RO.  
248 **Presidente Robinson – CREMERO** solicita que a SESAU/RO apure a questão de assédio moral  
249 no Hospital de Base, pois é algo sério e grave, e a SESAU/RO não pode dar essa resposta que foi  
250 dada, dizendo que a responsabilidade é da direção do HIB, uma vez que, quem nomeia é a  
251 SESAU/RO. Enfatiza que a denúncia não veio de uma única fonte. Foi oficializada pelo  
252 Conselheiro Adelmo/CRF/RO, mas como presidente do CES/RO, tem ouvido isto de outros  
253 funcionários, portanto, não é uma situação pontual. **Conselheiro Maicon – SINDSAÚDE/RO**  
254 comunica que esteve presente na reunião que a Sra. Raquel mencionou, e que o Dr. Maxsuel fez  
255 uma explanação sobre a jornada do servidor público. Diz que estas denúncias, sobre o erro da  
256 forma de fazer a escala, foram apresentadas em todas as unidades. Anuncia que foram feitas  
257 várias reuniões para aprovarem o texto do PCCR, porém, em janeiro, houve uma certa confusão,  
258 porque estavam colocando os servidores com um número de horas a mais. Diz que os gestores  
259 que fazem as escalas, começaram a entender que os servidores trabalham com uma jornada de 40  
260 (quarenta) horas semanais, e dentro deste contexto está se cumprindo. Sobre a denúncia referente  
261 a gerente do RH do Hospital de Base, quer reinteirar estas denúncia, pois não é a primeira vez, e  
262 o sindicato também está presente na unidade, realizaram uma reunião com a direção do hospital  
263 sobre esta servidora. Referente ao documento feito pelo Dr. Maxsuel, a SESAU/RO ficou de  
264 entregar na sexta-feira, mas não saiu. Informa que este documento vai especificar, mais ou  
265 menos, como vai ser a jornada de cada unidade. Sendo que existe servidores que trabalham no  
266 administrativo e na área assistencial, portanto, ele fará a separação por unidade. Sobre os  
267 aprovados de 2017, afirma que vem há 03 (três) anos cobrando da SESAU/RO esta convocação, e  
268 sempre estão empurrando para frente. **2.8 Apresentação de Relatórios de Trabalho ou**  
269 **Justificativas pelas Comissões/CES/RO.** **Presidente Robinson – CREMERO** explana que as  
270 comissões não tem apresentado ao CES/RO seus relatórios, os motivos são vários. Solicita que  
271 todas as comissões apresentem os relatórios de suas atividades ao Pleno do CES/RO. Analisa que  
272 é necessário fazer uma projeção de trabalho, uma proposta de trabalho para o ano de 2022, pois,  
273 existe um teto de empenho de diárias. Com isto, não irá dar mais para uma comissão, e menos  
274 para outra. Portanto, os Coordenadores de Comissão, apresentem as propostas de trabalho, na  
275 plenária de abril. Uma vez que, em abril, irão discutir de forma igualitária, como será as divisões  
276 de diárias para todas as comissões. **Conselheiro Marcuce – BERADEIRO** diz que precisa fazer  
277 uma fala, na qualidade de ex-presidente. Inicialmente, faz um resgate, de alguns itens, que estão  
278 registrados em ata, como a cobrança de relatório de comissões. Salienta que isto, sempre foi tema  
279 das reuniões ordinárias. Todos os pares que aqui estão, tem ciência destas cobranças, registradas  
280 em atas, dos relatórios das viagens, para além dos relatórios técnicos de justificativas de diárias.



281 ou seja, relatório de atividade desenvolvida. Outra questão, é a temática de viagem de pessoal  
282 administrativo. Diz que sempre foi um tema discutido, e não somente na Mesa Diretora. Gostaria  
283 que se manifestassem, os conselheiros que desenvolveram viagens no biênio 2020/2021. Uma  
284 vez que, na qualidade de Presidente à época, muito ouviu de justificativa, da necessidade de  
285 administrativo, nos grupos de viagens, que não dava pra consolidar. Não citará nomes por  
286 questão ética, mas quem está ouvindo, como conselheiro que fez as viagens, sabe que justificava  
287 que era impossível desenvolver uma atividade no interior, tendo que registrar os momentos,  
288 escrever as falas, registrar anotações, e para isto, o administrativo era necessário. Complementa  
289 que se preocupa quando os colegas ficam calados, a parecer que, com a atual decisão da Mesa  
290 Diretora, de não permitir a viagem do pessoal administrativo, seja algo que teria sido criado na  
291 gestão anterior. Isto, não é verdade. Enfatiza que é uma situação que fazia parte do escopo de  
292 atuação administrativo do CES/RO, muito antes de 2020, inclusive a secretária executiva atual  
293 Sra. Elnir, apresentou uma escala de viagens, decididas internamente entre os administrativos, ou  
294 seja, era algo instituído dentro do Conselho. Observa que muitos colegas, que se manifestaram  
295 contra, a partir de uma nova reformulação da Mesa Diretora, foi que tomaram a decisão de  
296 suspender. Na qualidade de Presidente, decidiu manter sim, baseado nas justificativas dos colegas  
297 que viajavam, e diziam da necessidade. Pontua achar estranho, personificar a viagem do  
298 administrativo, pois a secretária executiva anterior, da Mesa Diretora anterior, não pode receber  
299 uma responsabilidade direta, por um todo administrativo. Salienta que a mesma realizou viagens,  
300 que inclusive o grupo, com a qual participava nas viagens, assumia, dizendo que ela era  
301 necessária. Contudo, é preciso tomar cuidado com os termos e generalizações, para não  
302 personificar algumas situações que eram enraizadas, institucionais no Conselho. Faz um  
303 encaminhamento, para que sejam levantados, os valores das viagens realizadas, pelos demais  
304 administrativos do Conselho Estadual, para fazer um comparativo, para que não personifique o  
305 administrativo na figura da secretária executiva anterior. **Presidente Robinson – CREMERO**  
306 esclarece que citou a ex-secretária executiva, porque ela não era uma simples técnica, a mesma  
307 tinha um CDS, e tinha uma responsabilidade junto ao CES, de orientar e coordenar os trabalhos.  
308 A mesma terceirizava este trabalho para os outros funcionários, enquanto estava viajando.  
309 Concorda na questão que outros servidores viajaram pelo CES. Analisa que esta demanda, por  
310 mais que fale que é institucional, ela não é regimental. Pondera que, se os conselheiros queriam  
311 alguém para registrar momentos, então que solicitassem outros colegas conselheiros, para fazer  
312 isto, já que as comissões são paritárias. Portanto, a justificativa de um funcionário para registrar,  
313 não procede. Declara que esta Mesa Diretora é sumariamente contrária a esta prática, e não vai  
314 aceitar. Funcionário não viaja. Funcionário trabalha no seu setor. Ratifica que será feito, o  
315 levantamento dos valores de outros servidores que viajaram, e será apresentada na próxima  
316 plenária de abril. **2.9 Apresentação dos argumentos Jurídicos que ensejaram o não**  
317 **pagamento dos Recursos disponibilizado pelo Governo Federal ao Santa Marcelina.**  
318 **Conselheira Rafaela – SESAU/RO** pediu para 02 (dois) técnicos olharem os processos, para  
319 verificar o que aconteceu. Em seguida, faz a leitura do art. 03, da lei nº 13.995 de 05 de maio de  
320 2020, que instituiu este recurso para as entidades. Esclarece que em conversa com a equipe  
321 técnica, e lendo os atos normativos, verificou que, para a transferência deste recurso, seria  
322 necessário o aditivo de um contrato, ou um instrumento como um convênio, para transferir para o  
323 hospital Santa Marcelina. Para isso, a lei de convênio, fala que a entidade precisa fazer um plano  
324 de trabalho, o qual foi feito pelo Santa Marcelina, inclusive mais de 01 (um). Entretanto, a equipe  
325 técnica que analisou, não conseguiu identificar qual seria a meta da instituição. No plano de  
326 trabalho, a entidade colocou vários insumos, medicamentos, e até alimentos que iria adquirir com





ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO

327 este valor, e não foi compreendido pela equipe, como seria isto, no enfrentamento da pandemia.  
328 Na análise, identificaram que teriam sido feitas compras passadas, e que este recurso, seria  
329 utilizado para pagar algo que já teria sido adquirido. Foram realizadas reuniões, para fazer a  
330 adequação do Plano de Trabalho, entretanto, não foi feita. E depois disto, a equipe entendeu que,  
331 em razão do período em que o Estado estava, com baixa contaminação, e baixa ocupação, então  
332 não seria mais viável repassar este recurso. Afirma que pediu à equipe, que verifique junto ao  
333 Ministério da Saúde, se é possível repassar este recurso para a entidade, mesmo fora do período.  
334 Se for possível, farão uma reunião com a entidade, para instruir novamente como podem fazer o  
335 Plano de Trabalho. **Dr. Fernando Maia**, advogado do Santa Marcelina, se manifesta, em relação  
336 ao equívoco da SESAU/RO, uma vez que a lei fala de convênio e contrato, no entanto, é um mero  
337 contrato e convênio, para dar legalidade ao repasse, e não a apresentação do Plano de Trabalho,  
338 pois a lei não fala de apresentação de Plano de Trabalho. Senão, seriam 05 (cinco) dias para fazer  
339 o Plano, e não tem como se fazer em 05 (cinco) dias um Plano de Trabalho, nos termos do  
340 combate a pandemia. Até porque o combate a pandemia é muito grande, não era algo específico.  
341 Informa que o Santa Marcelina, atendeu todo tipo de paciente com a COVID-19. A verba veio  
342 específica para o combate a Pandemia, ao prestar contas, a responsabilidade seria do Santa  
343 Marcelina. **Conselheira Rafaela – SESAU/RO** interpela e diz que não existe convênio sem  
344 plano de trabalho. **Dr. Fernando Maia**, advogado do Santa Marcelina, retoma a fala, e diz que  
345 sabem sim, que convênio normais, tem Plano de Trabalho, mas neste caso específico, não. Pois, a  
346 verba já veio destinada para onde seria aplicado, e o contrato ou convênio era um mero  
347 instrumento de legalidade, tendo em vista que o recurso vem na conta do Estado. **Conselheiro**  
348 **Ivam – CUMPS** primeiramente acha importante esclarecer que, quando uma pessoa estiver  
349 falando, a outra não se intrometa, e espere o tempo, ou a parte cedida. Observa que a questão do  
350 repasse, é mais uma das várias circunstâncias que vê em contratos, que não foram repassados  
351 para as instituições, e que estão precisando do dinheiro. O dinheiro foi repassado, está no fundo, e  
352 vão vir outras questões. Para tanto, vão pegar os contratos, olhar, pois é necessário. Assinala que  
353 vê muitas entranhas, e coisas que não são feitas as claras, e meio obscuro este repasse. De 2020  
354 até hoje, a instituição está sem o dinheiro, e está precisando. E a SESAU/RO colocou empecilho  
355 num projeto, que tem que ser feito em 05 (cinco) dias. Acredita que tem muitos repasses e  
356 contratos, que o Conselho tem que procurar, e analisar o porquê que a SESAU/RO está  
357 segurando, e não foi repassado. Analisa que o discurso da Conselheira Rafaela, é muito fora da  
358 casinha, e não corresponde aos fatos. Diz que não dá pra acreditar que a SESAU ainda tenha  
359 argumentos, em relação a isso. Por fim, afirma que é preciso trabalhar para repassar este dinheiro  
360 para o Santa Marcelina, com juros e correções, pois está precisando deste dinheiro. **Conselheira**  
361 **Iza – MS/RO** aponta que o Santa Marcelina, fez um documento para o Ministério da Saúde, e  
362 estão cientes. O gabinete do MS/RO respondeu, e era para ter repassado, independente da questão  
363 do técnico, que entendia que não deveria. Foi respondido que, o fundo estadual deveria ter  
364 repassado, e posteriormente, o Santa Marcelina, apresentaria a prestação de contas, dentro do  
365 RAG, e assim, apresentar ao Conselho. Sugere que a SESAU responda o ofício do Ministério da  
366 Saúde, relatem o que ocorreu, e digam que estão dispostos a repassar o recurso, e se ainda há a  
367 possibilidade. Ou então será aberto a tomada de contas, que é muito ruim para o gestor.  
368 **Conselheira Rafaela – SESAU/RO** diz que são interpretações, sabe que ao final da decisão do  
369 Ministério da Saúde, pode dizer que a SESAU/RO falhou, no entanto, a secretaria tinha a  
370 assessoria da procuradoria, e a mesma entendeu que não era o caso de repassar o recurso daquela  
371 maneira. Complementa que não está fora da casinha, porque está acompanhada pela assessoria da  
372 secretaria, que é um procurador de Estado, que estava nas reuniões, e fez as orientações. Informa



373 que irá solicitar à Procuradoria, que se manifeste, pois, se erraram, erraram junto com a  
374 Procuradoria. **Presidente Robinson – CREMERO** propõe que seja realizada uma reunião com  
375 Santa Marcelina, SESAU/RO e conselheiros do CES/RO para que discutam o Plano de Trabalho  
376 que o Santa Marcelina não pode fazer, por algum motivo. E após a reunião, comunicar ao  
377 Ministério da Saúde, as deliberações, que foram tomadas referente ao repasse. Em regime de  
378 votação, o Pleno concorda com a proposta. Por fim, pede que a SESAU/RO agende a reunião e  
379 informe via SEI, a data da reunião. **2.10. Solicita esclarecimento da SESAU sobre a situação**  
380 **do Transplantes no Estado de Rondônia.** **Conselheiro Ivam – CUMPS/RO** comunica que esta  
381 pauta foi socilicitada pela Sra. Elzilene da CUT, porém, não pode comparecer na reunião, pois  
382 está com dengue, sendo assim, retira a pauta, para ser apresentada na proxima reunião. **2.11.**  
383 **Solicita esclarecimento da SESAU sobre a Convocação dos Concursados do último**  
384 **concurso.** **Presidente Robinson – CREMERO** menciona que esta pauta já foi vencida. **2.12**  
385 **Solicita apresentação da Vigilância Epidemiológica do Câncer no Estado. Registro**  
386 **Hospitalar do Câncer – RHC e Registro de Câncer de Base Populacional – RCBT.** **Rose**  
387 **Britto – Coordenadora da Vigilância do Câncer/AGEVISA** faz a apresentação sobre a  
388 temática em pauta. **Presidente Robinson – CREMERO** demonstra satisfação por Rondônia  
389 entrar no rol do Instituto Nacional do Cancêr – INCA. Menciona que viveu esta realidade, e sabe  
390 quanto isto é importante. **Conselheira Denise – AMATEC/RO** pede a Sra. Rose, que explique  
391 melhor para o plenário, o que significa essa inserção do Estado de Rondônia nesta rede, e informe  
392 sobre os recursos pra desenvolver este trabalho. Acredita que o Conselho deveria convidar cada  
393 coodernador de programa, para vir apresentar como está o planejamento do Estado dentro de cada  
394 política. **Rose Britto – Coordenadora da Vigilância do Câncer/AGEVISA** explana que  
395 referente ao recurso, existe uma portaria de 72.000,00 (setenta e dois) que foi fatiada entre os  
396 municípios por decisão de uma resolução da CIB/RO. Por isso, quando precisa de algo, “pede por  
397 favor” e vai atrás. Em relação a importância de ir para a IARC, anteriormente, todos os dados  
398 estatísticos eram feitos por estimativa, faziam o cálculo, e divulgavam a o cálculo mediano de  
399 Rondônia. Hoje, Rondônia tem o calculo próprio, e podem ter certeza se conferem ou não. Na  
400 Agência Internacional de Pesquisa em Câncer – IARC, pode-se dizer que na amazônia tem  
401 câncer com características diferenciadas, com isso, Rondônia colabora com pesquisas, a nível  
402 mundial. **Conselheira Denise – AMATEC/RO** solicita que o COSEMS/RO e CIB/RO esclareça  
403 o porquê dos recursos desta Coordenação de Vigilância epidemiológica do câncer foi fatiado  
404 entre os municípios. **2.13 Denúncia de Veículo do Fundo Estadual de Saúde abandonado no**  
405 **município de Guajará Mirim, Distrito do Hiata.** **Presidente Robinson – CREMERO** informa  
406 que, foi encaminhado para todos os conselheiros, fotos de 01 (um) veículo da SESAU/RO, que  
407 está abandonado no distrito de Hiata. **Cleibson André – CRP/RO** relata que em viagem à  
408 Guajará Mirim, se deparou com esta viatura. Diz que verificou a placa, e está no fundo estadual  
409 de saúde. Pediu a pauta, para que tomassem ciência se existe um convênio, ou se é a viatura do  
410 município. Observa que sempre há a necessidade de compra de ambulância, no entanto, temos  
411 este veículo que está largado. Desse modo, poderiam ver se há possibilidade de consertar o  
412 veículo, e responsabilizar quem deixou ela chegar a este patamar. **Fernando Máximo –**  
413 **Secretário de Saúde** esclarece que é um veículo antigo, de 2005, tem 17 (dezessete) anos. Está à  
414 serviço do Posto de Saúde Raimundo Rodrigues, no distrito de Hiata. Provavelmente, deve ter  
415 sido doado para a prefeitura. Porém é um carro que é sucata, pois nenhuma prefeitura, ou estado,  
416 conseguem reformar este carro e utilizar, porque o custo não vale. Esclarece ainda, que as  
417 secretarias tem regras baseadas no CGU, TCU, que de acordo com o valor do carro, e o valor que  
418 vai gastar para recuperar, tem uns percentuais que não compensa fazer isto. Pelo que entendeu,





ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO

419 foi um carro doado pelo governo, comprado provavelmente por emenda parlamentar, e doado  
420 para Guajará Mirim e está como sucata neste município, apesar que o nome consta ainda no  
421 governo do Estado. **Conselheira Iza – MS/RO** sugere que para resguardar a secretaria, orienta  
422 que a SESAU entre em contato com o município, confirmar se foi dado baixa no patrimônio, e  
423 solicitar ao município que dê ao carro o destino necessário. **3. Outras deliberações de interesse**  
424 **do SUS. Conselheiro Rodrigo – OAB/RO** explana que é um caso preocupante no Conselho, a  
425 questão do combustível, para o deslocamento dos conselheiros do interior à Porto Velho. Reitera  
426 que além do combustível, são pagas diárias aos motoristas. Faz um apontamento técnico, baseado  
427 nos documentos requisitados, e verificou que uma viagem desta, custa para os cofres públicos o  
428 valor em torno de R\$ 906,00 (novecentos e seis) a R\$ 1.180,00 (hum mil cento e oitenta), a  
429 depender da viagem. Lembra que tem conselheiros estaduais no município, como a Edna, André,  
430 Sirlene e outros. Entende que, se 01 (um), 02 (dois) ou 03 (três) tem direito, então todos tem o  
431 direito. Com isto, se cada um, for buscado no interior, na sua disponibilidade de agenda, vir para  
432 a capital, para a sessão do pleno, e depois retornar, então teria que ter muita disponibilidade de  
433 motoristas, carros e dinheiro que será aplicado nisto, sendo que este valor, poderia ser aplicado  
434 em casos urgentes, que a saúde realmente necessita. Pede que o Pleno aprecie esta pauta com  
435 carinho, e que cheguem a um denominador comum. **Conselheiro Carlos Cesar –**  
436 **SINDSAÚDE/RO** expressa que essa questão do custo, e deslocamento dos conselheiros do  
437 interior, para participar nas reuniões e outras atividades, em função do mandato de conselheiro,  
438 acredita ser uma demanda que precisa de atenção especial, por parte do colegiado, no sentido que  
439 o conselheiro é voluntário, e não ganha nada para estar atuando como conselheiro, este responde  
440 de forma solidária, segundo a legislação, na responsabilização, até mesmo judicial, no caso da  
441 SESAU/RO. Portanto, acha demais pedir dos conselheiros, que se desloquem por conta própria  
442 do interior para a capital. Destaca que é preciso ver uma forma operacional, legal, para executar  
443 isto. **Conselheira Denise – AMATEC/RO** concorda que é preciso achar uma forma, para  
444 garantir a presença dos conselheiros do interior nas reuniões, que não gerem tantos custos,  
445 contudo, é preciso respeitar o dinheiro público. Pontua que os conselheiros tem a opção de  
446 participação via on-line. Lembra que na comissão do COVID-19, tinham em torno de 3 (três)  
447 reuniões por semana, então comunicou que não tinha transporte próprio, sendo assim, não teria  
448 condição de participar. Na época, foi repassado que, como conselheira, poderia solicitar o veículo  
449 com motorista, buscar em casa, trazer para a reunião, e levar em casa. Diz que tem plena ciência,  
450 que ao solicitar o carro do CES/RO, é somente para quando estiver atuando como conselheira, e  
451 cada vez que vem para a reunião, está em atuação. Pensa que, sempre quando precisar atuar como  
452 conselheira, o CES/RO tem que dar estas condições. **Conselheiro Cleibson André – CRP/RO**  
453 explana que é preciso acabar com esta prática institucionalizada, e ter um marco regulatório. Este  
454 cargo é honorífico, e se pôs à disposição de estar aqui. Quer que mostrem onde está escrito que o  
455 carro do CES/RO é UBER, se está no regimento, código de ética ou portaria, dizendo que “tem  
456 que levar ou trazer”. Enfatiza a necessidade, da importância dos conselheiros titulares, serem da  
457 capital. Ressalta que concorda com o conselheiro Rodrigo, e a nova organização do CES/RO  
458 precisa dar um basta nisso, para mudar a história, e a foto da institucionalização do CES/RO.  
459 **Conselheiro Ivam – CUMPS/RO** primeiramente quer pontuar algumas circunstâncias. Relata  
460 que está como conselheiro titular, desde o dia 08 de março de 2020. Em 2020, não participou de  
461 nenhuma comissão, e ação do Conselho. Lembra que, a comissão do COVID-19, era a única que  
462 estava funcionando naquele ano. Registra que, o seu primeiro trabalho realizado, com dinheiro  
463 público do Estado, através do CES, foi dia 22 de junho de 2021, quase 01(um) ano e meio depois  
464 de tomar posse, e através de um Plano Anual de Trabalho, apresentado pela CISTT/RO,





ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO

465 amparado em resoluções e leis. Ressalta que a conselheira Edna, é conselheira antiga, e na sua  
466 época não tinha transporte, e não sabe se havia diárias, para conselheiro que moravam no interior,  
467 pois, ela era a única que residia no interior. Depois deste pleito de novas instituições, foi colocado  
468 outros conselheiros, e agora são 06 (seis) conselheiros do interior. Cita o art. 10 do Regimento  
469 do CES/RO. Em relação ao transporte dos conselheiros da capital, diz que pesquisou, fazendo o  
470 trabalho da atualização do novo regimento, verificou que o Conselho tem que bancar os  
471 conselheiros, levar e buscar. Em outros conselhos, não tem esta prática, de levar e buscar, mas  
472 tem o vale transporte. Avalia que o conselheiro, não pode gastar da sua sola de sapato, da sua  
473 inteligência, do seu tempo, e nem ser ressarcido, ou terá que fazer igual a Conselheira Eliete, que  
474 paga do próprio bolso o UBER, para ir ao CES/RO. Afirmo que isto é inadmissível, e o  
475 Conselho tem que disponibilizar os transportes, para buscar e levar os conselheiros, em dia de  
476 reunião, em ações que forem feitas, porque é um trabalho que o conselheiro está executando, e  
477 está escrito no art. 10 do Regimento do CES/RO. Cita a questão da passagem, que foi muito  
478 discutida, e já era para terem disponibilizado, e que por diversas vezes pediu somente uma ajuda  
479 de custo para se deslocar à capital, no entanto, não pode, porque tem que ser com veículo,  
480 motorista e diária, conforme normativa de 2014, na lei do Estado. **Conselheira Janete** –  
481 **OAB/RO** esclarece que em nenhum momento, os conselheiros do interior, estão forçando o  
482 Conselho a mandar carro e diária. Mas sim, conforme está disposto no art. 10 do Regimento do  
483 CES/RO, que o Conselho de Saúde tem por dever, manter os conselheiros enquanto estiverem em  
484 exercício de conselheiro. Portanto, é preciso normatizar isto. Salienta que o Conselho é estadual,  
485 e não da cidade de Porto Velho, para ter apenas conselheiros de Porto Velho. Como conselheiros  
486 do interior, merecem e pedem respeito. E a partir do momento que a pessoa diz que tem que ter  
487 somente pessoas de Porto Velho, está desrespeitando o interior, e fica com a cara no chão,  
488 quando vê alguém do interior levantar esta fala. Declara que se põs à disposição para ser  
489 presidente de comissão, porque ninguém quis ser. Garante que, somente quer fazer um trabalho,  
490 em prol do Estado, independente de ser do município. Ressalta que, os conselheiros que forem  
491 fazer fiscalização em Porto Velho, precisam do carro, sim. Não podem pegar o carro próprio, e ir  
492 fazer a fiscalização, como a conselheira Iza fez, a qual havia falado, que nem sabia que podia  
493 usar o carro do CES/RO. Por fim, diz que a OAB/RO não lhe paga jetons, diária e nada, enquanto  
494 conselheira de saúde representando a entidade. **Conselheira Edna** – **SINDERON** relata que para  
495 chegar nesta reunião, comprou uma passagem de R\$ 160,00, pegou um UBER na rodoviária às  
496 05h45min, pagou R\$ 5,00, foi para casa de uma amiga e pegou um UBER para vir à reunião, ou  
497 seja, gastou R\$ 180,00 (cento e oitenta) de despesas do próprio bolso, e ainda irá retornar para o  
498 seu município. Exemplifica que, é conselheira nacional, e para ir às reuniões, o Conselho  
499 Nacional de Saúde, disponibiliza passagem aérea, ida e volta, que dá em torno de R\$ 4.000,00  
500 (quatro mil), e ainda ganha diária de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta) pelos dias que fica em  
501 Brasília. Descorda quando classificam que conselheiros do interior, não podem estar como titular,  
502 é muito ruim. Pois, está em Rondônia, é conselheira Nacional, e vai para Brasília. Pontua que as  
503 entidades devem ter responsabilidade pelos conselheiros. Relata que quando ficou sabendo que  
504 tem um carro do CES/RO, para buscar conselheiro, na hora fez a ponderação, pois é um absurdo,  
505 sendo que envolve gasto com gasolina, diária e desgaste do carro. Pergunta se este carro e a vida  
506 do motorista tem seguro, e se a SESA/RO está garantindo isto. Avalia que é preciso colocar  
507 tudo isto na balança porque é responsabilidade deste Pleno. Afirmo que é favorável às passagens,  
508 que seja liberada, e se crie um elemento de despesa que compre passagens para o CES/RO,  
509 considerando que este Conselho tem fundo para manter os conselheiros. Acrescenta que ninguém  
510 está pedindo nada fora da lei. E que é favorável ao conselheiro Rodrigo em relação que, os carros





ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO

511 não façam este deslocamento ao interior, pois é necessário pensar em vários outros fatores que  
512 envolvem. Propõe que crie um elemento de despesa, e resolvam o problema dos conselheiros do  
513 interior. Deixa claro, que não abre mão da sua titularidade, e vai estar aqui, e se não tiver como  
514 vir para as reuniões, irá negociar com a sua entidade, para pagar ao menos suas passagens.  
515 **Conselheiro Cleibson André – CRP/RO** diz que, a fala da conselheira Janete foi muito  
516 agressiva, e acha que devemos respeitar acima de tudo as pessoas. Garante que sua fala não foi  
517 agressiva, e também sentiu isso para a Conselheira Rafaela. Acredita que, é preciso pensar um  
518 pouco o que vai falar da outra pessoa, “Balala”, “alho com busgalhos”, “fora da casinha”. Diz  
519 que não foi desrespeitoso, o assunto em pauta não é isto, e o Conselheiro Rodrigo, trouxe uma  
520 situação, de camionete que está saindo de Porto Velho, indo para Cacoal, e voltando. Diz que se  
521 expressou, somente na questão de facilitar os trabalhos, pois ficou claro na reunião, trabalhos  
522 que não estão sendo feitos, porque conselheiros não estão aqui. Salienta que não é contra o  
523 pessoal do interior, de forma alguma, no entanto, é preciso prezar pelo recurso público, e parar de  
524 falar um pouco de dinheiro, de recurso, de viagem. Por fim, diz que é preciso fazer o caminho  
525 certo. **Conselheiro Rodrigo – OAB/RO** diz que infelizmente, ainda ocorrem neste Conselho,  
526 essas agressões “fora da casinha”. Acha isto, extremamente anormal, para um representante, um  
527 conselheiro, falar isto de outro, é muito feio. Se direciona à Conselheira Rafaela, e diz que isto  
528 vai acabar neste Conselho, enquanto esta Mesa estiver aqui, enquanto ele próprio, como  
529 representante da OAB/RO, vai acabar este tipo de agressão aqui, porque irá ser instituído o  
530 código de ética, e juntamente com o Regimento Interno, vão acabar com estas agressões. Enfatiza  
531 que isto é uma falta de respeito, para nós mesmos. Comunica que será estipulado um rito  
532 processual, onde no final deste processo, caso seja necessário, será enviado ao Ministério  
533 Público, para que saia uma representação criminal, ou não, dependendo da agressão. Esboça que  
534 tinha público externo mais cedo nesta plenária, nesse sentido, é preciso ter mais consideração  
535 com os pares, e respeito acima de tudo. Conclui que preza pela economicidade, é um absurdo este  
536 valor gasto, imagina multiplicar por 6 (seis), 12 (doze) esses valores. Garante que vai sim, haver  
537 uma solução, que é as passagens, mas isto no determinado momento, tem que acabar. **Presidente**  
538 **Robinson – CREMERO** faz a leitura do art. 10, do Regimento Interno, que foi citada pelos  
539 conselheiros. Informa que quando esta Mesa Diretora assumiu, tiveram uma reunião com a  
540 SESA/RO, e colocaram esta mesma situação, que está sendo discutida hoje. Lembra que nesta  
541 reunião colocou somente a questão dos conselheiros do interior, porque não sabia das  
542 dificuldades dos conselheiros da capital. Continua dizendo que a questão discutida na reunião com  
543 a SESA/RO, foi sobre o deslocamento dos conselheiros do interior. Com isto, se adiantou, e  
544 fizeram um projeto sobre o deslocamento. A prática era: pagar diária, combustível, e encaminha o  
545 motorista para buscar e trazer o conselheiro. Esta prática existe, até o presente momento.  
546 Contudo, fizeram um projeto de passagens terrestres, o qual, foi incluído: municípios do interior;  
547 deslocamento do interior para outros municípios. Então, fizeram uma projeção de atividades,  
548 incluindo as plenárias, e outras atividades das comissões, a fim de viabilizar, e tornar mais  
549 adequado e correto, no princípio da economicidade. Assegura que este CES/RO se preocupa com  
550 os conselheiros do interior, e concorda que este Conselho é estadual, então conselheiros do  
551 interior, são titulares da mesma maneira, quem define a titularidade é a entidade. Aponta que as  
552 entidades são responsáveis pelos conselheiros que indicam, porque sabem que é um cargo  
553 honorífico, e se a entidade, acha que o conselheiro tem visibilidade, força, condições de trabalho,  
554 como a conselheira Denise, que tem atuado de forma brilhante pelo CES/RO, representando a  
555 AMATEC, Ok. Todavia, não haviam visto a questão das plenárias, e da necessidade do  
556 deslocamento do conselheiro para a plenária, mesmo porque, sabem que é possível entrar pelo





ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO

557 link. Quer deixar claro, que tanto conselheiros da capital, como do interior, tem total direito de  
558 solicitar os carros do CES/RO para suas atividades, isso jamais, esta Mesa Diretora, vai colocar  
559 qualquer obstáculo. Mas entendem que a plenária é uma obrigatoriedade, não do conselheiro, mas  
560 da sua instituição, pois, existe um titular e 02 (dois) suplentes, desse modo, quem teria que se  
561 responsabilizar pela plenária, teoricamente, seria suas instituições. Assim, fica para este plenário,  
562 entender, conforme o entendimento de cada um, o seguinte: conselheiros da capital e interior, tem  
563 direito para participar da plenária, com deslocamento de carro do CES/RO, com motorista, para  
564 cumprir a sua função de conselheiro. Avisa que, não está incluso nesta votação, as comissões,  
565 porque isto, já é regimental, pois a comissão precisa de todo apoio para suas atuações, portanto,  
566 não há o que se discutir sobre comissões, mas há que se discutir, sobre deslocamento de  
567 conselheiros para participar da Plenária do CES/RO. Sendo assim, pergunta se o Pleno concorda  
568 que o carro do CES/RO, faça este deslocamento do interior, e se for, será para todos. E o  
569 deslocamento dos conselheiros da capital, e se for, será para todos. **Conselheira Maria**  
570 **Francinéia – SINDSEF/RO** exemplifica que é servidora, e tem uma liberação da chefia para  
571 estar na plenária, e que se não estivesse hoje nesta plenária, estaria trabalhando, então entende  
572 que o mesmo custo, que tem que ir para o trabalho, está vindo para a plenária, porque neste  
573 momento, está cumprindo o seu horário de expediente. **Conselheira Sandra – CRESS/RO** pede  
574 esclarecimento, pois pensou que iriam verificar a possibilidade de ter transporte, mas não  
575 necessariamente que seria o carro do CES/RO, pois, existe vale transporte que o CES/RO pode  
576 disponibilizar, existe também compra de passagem para o interior que o CES/RO pode  
577 disponibilizar. Agora o carro, somente em casos necessários, que a Mesa Diretora pode ver  
578 depois, em outras situações, mas colocar um carro para todos, enquanto existem somente 03  
579 (três). Sugere que seja disponibilizado, vale transporte para conselheiros da capital, e transporte  
580 de passagem de ônibus para quem estar no interior, pois, todos têm direito de participar,  
581 independentemente de ser remoto. **Presidente Robinson – CREMERO** informa à conselheira  
582 Sandra, que isto está em discussão, e sendo encaminhado na SEPOG/RO. Em seguida, coloca em  
583 votação a seguinte proposta: quem é a favor, que continue o deslocamento, com os carros do  
584 CES/RO, para as reuniões de plenária. Deixa claro, que não está sendo votado as atividades das  
585 comissões. **Conselheiro Ivam – CUMPS/RO** pede a fala. **Presidente Robinson – CREMERO**  
586 responde que não é o momento de discussão, e sim, votação. **Conselheiro Ivam – CUMPS/RO**  
587 pede vista da votação. **Presidente Robinson – CREMERO** que não tem como pedir vista, o  
588 plenário é soberano, se o conselheiro quiser, pode se abster. Pedir vista, não é regimental.  
589 **Conselheiro Ivam – CUMPS/RO** diz que é regimental, o CES/RO fez encaminhamento para  
590 votação, e quando vai fazer encaminhamento para votação, o conselheiro tem direito de pedir  
591 vista, para configura, estudar, pedir esclarecimento, e fazer um estudo do caso até a próxima  
592 plenária para ser votado novamente, pois esta questão irá ferir o art. 10 do Regimento Interno.  
593 **Presidente Robinson – CREMERO** pede desculpas, mas a votação é totalmente democrática,  
594 está dentro do Pleno, e não cabe vista, estudo, porque já foi esclarecido todas as dúvidas, foi dada  
595 a palavra para todos os conselheiros. Salienta que o conselheiro Ivam, é o único que está pedindo  
596 vista de algo que já foi esclarecido, portanto, não procede pedido de vista. **Conselheiro Rodrigo**  
597 **– OAB/RO** expressa que o pedido de vista tem que ser votado. **Conselheiro Ivam –**  
598 **CUMPS/RO** diz que o conselheiro Rodrigo está equivocado, e o pedido é individual de cada  
599 conselheiro, está no regimento. **Presidente Robinson – CREMERO** pergunta para o conselheiro  
600 Ivam o porquê de estar pedindo vista. **Conselheiro Ivam – CUMPS/RO** responde que o pedido  
601 é devido ao ferimento do art. 10 do Regimento Interno do CES/RO, pois está escrito: participar  
602 de reuniões. **Presidente Robinson – CREMERO** contesta que não está ferindo o regimento





ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL  
DE SAÚDE DE RONDÔNIA - CES/RO

603 porque neste momento está participando da reunião do plenário, e não foi impedido, pois, está  
604 assistindo da sua casa, está participando, suas falas estão sendo gravadas, suas decisões estão  
605 sendo ouvidas, portanto, teve todos os direitos de conselheiros garantidos. O link foi  
606 disponibilizado para todos de forma democrática, não está escrito que é obrigatório, o conselheiro  
607 participar presencialmente. Este plenário instituiu que as reuniões via link são democraticamente  
608 corretas, então as votações via link e dos conselheiros presentes, é democraticamente aceita, sendo  
609 assim, o conselheiro, não está sendo impedido de participar das atividades deste Pleno, por este  
610 motivo, o pedido de vista, pelo art. 10, não podem ser consideradas. **Conselheiro Ivam –**  
611 **CUMPS/RO** responde que não é obrigado a ficar em casa, gastando sua energia, celular e seu  
612 canal de dados, para assistir reunião do CES/RO, pois é privado, particular. Comunica que não  
613 foi para reunião em Porto Velho porque não foi deliberado, não é obrigado a ficar em casa,  
614 assistindo reunião do CES/RO, durante 07h, usando sua energia, celular e dados. Pergunta onde  
615 está escrito isso. **Presidente Robinson – CREMERO** responde que não é obrigado, bem como  
616 não é obrigado a vir presencialmente, e ficar 07h assistindo uma reunião. Agora são 14h41min,  
617 nenhum destes conselheiros presentes almoçaram, todos estão se dedicando, e entregando o seu  
618 tempo, os seus compromissos, para estarem presentes nesta plenária. Repete novamente que o  
619 conselheiro não é obrigado, mas a instituição sim, que participou de uma eleição, e foi eleita  
620 como uma das 24 (vinte e quatro) participantes. Acrescenta que quando o conselheiro não poder  
621 participar, existe 02 (dois) suplentes para ajudar, e a CUMPS continuará a ser bem representada  
622 neste plenário. **Presidente Robinson – CREMERO** declara que em regime de votação, o Pleno  
623 decidiu por maioria de votos massiva, que o deslocamento do carro do CES/RO não aconteça  
624 para as plenárias. Para as comissões, o trabalho continua. Registro abstenção das seguintes  
625 entidades: CUMPS, BERADEIRO e CRESS/RO. **Nada mais a registrar, eu Rodrigo Rafael dos**  
626 **Santos, conselheiro e 1º secretário do CES/RO, juntamente com o conselheiro Robinson Cardoso**  
627 **Machado Yaluzan, Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Rondônia, abaixo assinados, lavro**  
628 **a presente ata, conferida com o Livro de Frequência desta reunião devidamente auditada.**

629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636 **Robinson Cardoso Machado Yaluzan**  
637 Presidente do CES/RO

**Rodrigo Rafael dos Santos**  
1º Secretário geral do CES/RO